

BAGNO, Marcos. Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2). São Paulo: Parábola Editorial, 2023. 606 páginas.

Xoán Carlos LAGARES¹

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil;
| xlagares@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0974-2118>

Para os leitores que acompanham a produção bibliográfica de Marcos Bagno, esta monumental história da Linguística, a primeira escrita diretamente em português (como adverte o editor nas páginas iniciais), não é propriamente uma surpresa. São conhecidos os empreendimentos de pesquisa de amplo fôlego do autor, assim como a publicação de obras de referência ambiciosas, trabalhos que, no âmbito acadêmico, costumam ser o resultado de projetos coletivos. Além dos conhecidos trabalhos sobre educação linguística e sociolinguística, com especial ênfase na reflexão e intervenção crítica sobre o conflito normativo brasileiro, Marcos Bagno é também autor de um *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (São Paulo: Parábola, 2017) e de uma *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (São Paulo: Parábola, 2011); obra, esta última, que constitui um instrumento linguístico de mais de mil páginas e cuja amplitude temática vai além dos limites tradicionais do gênero “gramática”.

Ademais da extensão inusual da sua produção bibliográfica, a diversidade de interesses dentro dos estudos da linguagem é uma de suas características mais destacadas. A presente incursão historiográfica, nesse sentido, não constitui uma novidade, pois essa direção de pesquisa se desenvolve há já alguns anos. Ela vinha se materializando em traduções comentadas de clássicos da área, como, entre muitos outros, *A evolução das formas gramaticais*, de Antoine Meillet (São Paulo: Parábola, 2020), o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (São Paulo: Parábola, 2021) ou os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin I. Herzog (São Paulo: Parábola, 2006).

Historizar uma disciplina acadêmica, uma área de pesquisa científica, não é uma empreitada fácil. Também não é uma tarefa evidente, uma vez que demanda um exercício de definição dos limites temporais e de caracterização da própria disciplina – neste caso, distinguindo o que pertence e o que não pertence a ela, o que se deve incluir e o que pode ser desconsiderado –; exige, em definitiva, elaborar um relato que construa o próprio objeto do qual se faz a história. Nesse sentido, o gesto autoral se manifesta claramente no título do livro, que diz ser “uma” história da linguística, isto é, um dos possíveis relatos históricos que poderiam ser elaborados sobre essa disciplina. Os subtítulos, com as delimitações temporais de cada volume (“da antiguidade ao Iluminismo” e “do século 19 ao limiar do século 20”) também são uma preciosa indicação da perspectiva que guia a elaboração do livro, pois divide esse relato em duas partes equilibradas, quanto ao número de páginas, mas que, no volume 1, corresponde a dois milênios e, no volume 2, a pouco mais de cem anos de história. Os dois tomos (como eles são denominados) foram editados com numeração contínua, evidenciando que se trata de um único livro.

Com efeito, a Linguística se constitui como ciência autônoma no século 19, no âmbito universitário alemão, o que justifica a especial atenção dedicada à pesquisa elaborada sob a perspectiva histórico-comparativa desse período, por marcar propriamente a origem da disciplina. Antes desse momento, nos capítulos do primeiro volume, o autor persegue uma genealogia dos estudos linguísticos nas diferentes tradições filosóficas que se ocuparam da questão da linguagem, contextualizando essas ideias e prestando atenção às continuidades e às rupturas epistemológicas que, com o passar do tempo, vão adentrar o campo da Linguística como disciplina científica.

Não é simples resenhar a enorme quantidade de informações que esta obra enciclopédica apresenta, de uma forma didática, com profusão de boxes explicativos, esquemas e até mesmo QR codes que possibilitam a ampliação das informações na internet; sempre com um estilo explicativo/narrativo que constrói um relato cuja leitura é extremamente agradável. O primeiro volume, após um capítulo introdutório de alguns conceitos e problemáticas que atravessam todo o livro, inicia a *História* pelas tradições orientais, partindo da Mesopotâmia e abordando as tradições hindu, árabe e judaica, o qual não costuma ser habitual nesse tipo de obras. Pode-se argumentar que uma história global do pensamento linguístico deveria também incluir teorias de tradições sobre a linguagem como a chinesa ou as das culturas africanas, mas esse empreendimento, cuja bibliografia possivelmente ainda esteja longe do nosso alcance, seria objeto, sem dúvidas, de uma “outra” história. Nesta que estamos comentando, é possível apreciar o caminho – pavimentado de certas polêmicas teóricas – que levou até aquilo que hoje conhecemos como Linguística contemporânea, desenvolvida sobre a base do pensamento ocidental. Seguem os capítulos sobre Grécia e Roma, com o surgimento do pensamento gramatical ocidental, sobre a Idade Média, sobre o Renascimento e o início da Era Moderna, marcada pela gramatização das línguas vulgares, e sobre os séculos 17 e 18, com seus embates entre racionalismo e empirismo.

Já o Tomo 2 é composto por um único capítulo, o de número 6, iniciado por uma necessária contextualização histórica e filosófica – que se debruça sobre o romantismo e o nacionalismo, o idealismo e o positivismo, o historicismo e o organicismo –, descrevendo depois as origens da linguística histórico-comparativa, o surgimento da linguística geral e dos Jovens gramáticos, até chegar a Ferdinand de Saussure (incluído propositadamente nessa tradição da linguística histórica do século 19), e terminando com o subcapítulo sobre Meillet e a linguística sociológica. A partir daí se abre um caminho que continua pelo século 20 e que fica já fora do escopo do livro. Essa decisão do autor está explicada no epílogo, ao sintetizar o crescimento exponencial que a

Linguística experimenta nesse momento histórico, com sua extensa ramificação de disciplinas e subdisciplinas especializadas e com seus movimentos de interdisciplinaridade, a partir das múltiplas compreensões do que é a linguagem humana em sua extraordinária complexidade.

Entretanto, esta história da Linguística não é, obviamente, apenas um conjunto de informações históricas, de autores e teorias dispostos em ordem cronológica. É possível reconhecer nela algumas linhas argumentais que permitem entender os caminhos que nos trouxeram até os desenvolvimentos mais recentes da Linguística atual; podemos também observar algumas das preocupações que guiam o projeto intelectual do autor, desenvolvido, como dizíamos, em diversas subáreas ou campos de especialização dos estudos da linguagem.

Nesse sentido, a oposição entre o que poderíamos chamar de *idealismo linguístico* e de *empirismo sociológico* percorre em alternância conflituosa toda esta história. O primeiro tem a sua origem no pensamento platônico, com sua filosofia dualista que separa o *mundo sensível* do *mundo cognoscível*, a matéria da ideia, o concreto do abstrato e a cultura da natureza. Esse platonismo fundamenta, de alguma maneira, o pensamento gramatical e percorre todas as tentativas de formular uma “gramática universal”: da gramática especulativa medieval ao racionalismo de Port Royal, até chegar, já no século 20, à gramática gerativa de Chomsky. Mas esse dualismo está presente também na compreensão da língua como “forma pura” que nos foi legada pelo *Curso de Linguística Geral* (CLG) atribuído a Ferdinand de Saussure.

A perspectiva empirista sobre a linguagem se manifesta de forma esparsa ao longo da história, desde a concepção aristotélica do ser humano como *animal político*, dotado de *lógos*, passando pela aguda consciência política dos primeiros gramáticos das línguas vulgares, no início da modernidade, pelo *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke, no final do século 17, até o positivismo do século 19 e a linguística sociológica de Meillet. O autor persegue e identifica nesta tradição a genealogia da noção de *arbitrariedade* do signo linguístico, que costuma ser atribuída a uma reflexão original do CLG: em Aristóteles, por exemplo, que diferencia entre as impressões universais que as coisas do mundo causam nos seres humanos e as convenções artificiais que as representam na linguagem; ou em Locke, ao refletir sobre a relação entre as palavras e as ideias presentes na mente de quem as usa, explicitando o problema da opacidade da linguagem, por as ideias não serem diretamente acessíveis. Já no século 19, Herman Paul enfatiza o componente psicológico da linguagem e as complexas relações entre as representações mentais dos indivíduos, a sua percepção e produção linguística, e as associações estabelecidas socialmente entre essas representações.

Aliás, uma das discussões mais profícuas do livro é a que questiona, com abundância de provas documentais e argumentos muito bem articulados, a posição de Saussure como “pai da linguística moderna”, identificando as fontes diretas e não citadas no CLG (especialmente a obra do linguista alemão Herman Paul e do estadunidense William Dwight Whitney) e reconhecendo nesse livro a continuidade das concepções sobre linguagem desenvolvidas pela linguística histórica do século 19 e pelos Jovens Gramáticos (opção tradutória do autor para designar o movimento que em português, como em outras línguas românicas, se costumava denominar “dos Neogramáticos”). Essa revisão histórica do legado de Saussure, feita de forma serena e crítica, constitui, por si só, uma contribuição muito relevante para os estudos historiográficos da Linguística no Brasil. Mas de forma geral, como estamos observando, o carácter explicativo, bem como o gesto argumentativo e crítico que caracteriza a escrita do livro, fazem dele um aporte fundamental nos debates sobre o desenvolvimento histórico da disciplina.

A voz autoral, como também dizíamos anteriormente, é claramente reconhecível em diversos momentos, quando Bagno identifica a origem de noções e conceitos da gramática tradicional que são objeto de sua crítica há anos, desenhando uma *História* coerente com o projeto intelectual que anima a sua produção bibliográfica. Por exemplo, ele identifica na obra de Platão o início da “longa tradição de definir os verbos como ‘palavras que indicam ação’, uma definição muito restrita, que a linguística contemporânea já reformulou e expandiu, mas que continua empregada no ensino de língua e, daí, impregnada no senso comum” (p. 74). Outra piscadela crítica à tradição gramatical pode ser encontrada no capítulo sobre a gramática em Roma, quando atribui a Quintiliano a inclusão das “interjeições”, isto é, fenômenos prosódicos, entre as unidades da gramática, como “uma bizarrice que se perpetua até hoje em muitos compêndios gramaticais e livros didáticos” (p. 110). Também localiza na tradição instaurada pelos gramáticos alexandrinos “o dogma da frase autossuficiente” (p. 102), objeto único da sintaxe (o que ele denomina, parafraseando Marx, de “miséria da sintaxe”). A crítica frontal à recusa da mudança linguística está presente em diversos pontos do relato histórico percorrido, começando pela ideologia linguística instaurada pelos gramáticos alexandrinos, que tomam como modelo a língua escrita e realizam uma identificação automática (e falsa) entre escrita e formalidade, por um lado, e entre oralidade e informalidade, por outro.

Em relação à própria história da língua portuguesa, ao abordar as gramáticas renascentistas, o autor critica a afirmação tradicional de que a correção linguística se encontra no “uso e autoridade dos barões doutos”, localizada na *Gramática da língua portuguesa* (1540) de João de Barros, ao comentar que

“a locução *barões doutos* se fixou nas culturas de língua portuguesa como uma forma de designar as camadas dominantes da sociedade, desde sempre essencialmente masculinas (e brancas)” (p. 204).

Como dizia no início, o leitor de Bagno vai reconhecer nesta *Uma história da Linguística* essa voz crítica que, ao mesmo tempo que percorre com generosa erudição informações históricas e que explica didaticamente conceitos complexos, reflete sobre as causas e as consequências dos preconceitos que fazem da linguagem instrumento e álibi para as mais diversas discriminações. A nós, cabe o agradecimento por esse esforço intelectual por compreender e fazer entender como se foi construindo historicamente o “senso comum” sobre a linguagem e, sobretudo, como ele se relaciona, de formas diversas e muitas vezes contraditórias, com nossa área de conhecimento científico. Ao preencher mais um “oco bibliográfico” na linguística brasileira, Marcos Bagno nos convida, novamente, ao debate.

Referências

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, M. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

MEILLET, A. **A evolução das formas gramaticais**. São Paulo: Parábola, 2020.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Parábola, 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

Como citar esta resenha:

LAGARES, Xoán Carlos. Resenha de BAGNO, Marcos. **Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023. 606 páginas. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 321-326, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 19/08/2024 | Aceito em: 23/06/2025.